

15 AGO 1984

Retomar o crescimento, consenso geral *Economia Brasil*

Neste momento em que se prepara uma mudança de governo e, esperamos, de política, a abertura de um amplo debate em torno das perspectivas da economia brasileira parece-nos muito oportuna. A iniciativa da Ordem dos Economistas de São Paulo e do Conselho Regional de Economia de São Paulo afigura-se-nos salutar, embora possamos lamentar a discrepância entre os programas das duas entidades. Hoje, todos reconhecem a necessidade de retomar o País o processo de crescimento, cabendo apenas saber como se poderá atingir esse objetivo.

O debate torna-se especialmente oportuno neste momento em que o governo prevê para o PIB, este ano, crescimento de cerca de 3,5% (que proporcionará crescimento ligeiramente positivo, *per capita*, após três anos de redução) e a Fiesp divulga dados referentes ao desempenho da economia paulista no primeiro semestre. As vendas reais da indústria paulista acusaram, no primeiro semestre do ano, em relação às do primeiro semestre de 1983, quando foi grande a crise, aumento de

1,4%, em termos reais. O indicador de nível de atividade acusa crescimento de 2,6% e, ultimamente, nota-se recuperação mensal lenta, mas constante. É verdade que, embora esta evolução justifique certa esperança, se restringe somente aos setores que conseguiram exportar ou estão ligados à agricultura.

Não há dúvida de que, quanto aos setores circunscritos ao mercado interno, a queda tende a acentuar-se. Estima-se que, no primeiro semestre deste ano, as atividades desses setores sofreram redução de 15%, resultado que mostra estar ainda distante a recuperação econômica em escala nacional. O declínio de 10,3% registrado no setor de alimentação constitui testemunho inequívoco dos problemas sociais causados pela recessão.

Compreende-se, pois, que todos os economistas estejam concordes quanto à necessidade de voltar o País a ter uma taxa de crescimento no mercado interno. A solução não está, como pensam alguns, em comeder o atual ritmo de crescimento das

exportações. Todos podem hoje imaginar a situação em que se encontraria a economia nacional se não contasse com estes mercados externos que estão sustentando, em numerosos setores, a atividade industrial e têm concorrido para reduzir o desemprego. Mas isso não é suficiente, e sabe-se que no próximo ano será difícil manter a mesma taxa de crescimento das vendas ao Exterior, além de que poderá ser menos firme a recuperação econômica dos Estados Unidos. A recuperação nacional só será completa se se intensificar a demanda no mercado interno.

Convém evitar a ilusão de crer que bastará substituir os dirigentes políticos para se alterar toda a situação do País. O fator político é importante porque, sem o apoio da Nação, não se podem esperar resultados significativos. A credibilidade dos governantes é peça essencial do processo de recuperação econômica, mas o que importa frisar é que, se não cair sensivelmente a inflação, não haverá a esperada recuperação. A este ponto, o discurso político não tem dado, a nosso ver, a necessária ênfase.

Urge buscar um entendimento com os credores estrangeiros para que se possa reduzir a transferência de recursos reais, que, de resto, não poderá ser totalmente evitada. Mas, deste modo, abrir-se-ão novas perspectivas para o crescimento.

Não há dúvida de que a atual política salarial, sem flexibilidade, está concorrendo para o agravamento da crise, sem surtir, por outro lado, efeitos positivos sobre a inflação. Todavia, o problema não será resolvido com a decisão de reajustar todos os salários em proporção igual à do INPC.

A livre negociação, em clima de liberdade e responsabilidade sindical, é certamente o meio de solução adequado. Mas é mister dar toda a atenção ao problema da inflação, que corrói o poder aquisitivo dos assalariados e impede os investimentos produtivos. O que deve ser questionado é este capitalismo financeiro que conflita com a realidade econômica. O País não sairá da recessão sem sacrifícios, e é preciso saber como serão estes repartidos.